

ANC
ANEX

Coluna do Castello

PMDB compelido a escolher candidato

As conversas do sr. Ulysses Guimarães não podem ser desvinculadas da sucessão presidencial, dada a impressão generalizada de que a eleição do presidente da República deverá ocorrer este ano. O próprio presidente do PMDB, que mantém discreto compromisso pelos cinco anos sem esconder sua preocupação com o potencial desestabilizador de tal opção, não resiste mais à tendência prevalente no seu partido. Em consequência, impõe-se a ele próprio, como provável candidato e de qualquer forma como chefe do partido, iniciar as gestões destinadas a preservar a unidade do PMDB na escolha do sucessor do presidente José Sarney.



Seu encontro de ontem com o governador Orestes Quércia, cuja aparante equidistância ante a disputa já não ilude quanto à sua convicção de que vencerá a tese dos quatro anos, está naturalmente relacionado com seu dever de promover consultas com vistas à sucessão presidencial e definir aspirações ao cargo, de modo a colocar, ele mesmo, o balizamento da sua posição pessoal como aspirante ao posto. Daqui por diante o sr. Ulysses Guimarães será cada vez mais envolvido por esse problema, pois precisa orientar-se quanto à hipótese de ser ele, tal como se supõe, o candidato de unidade partidária, se o pleito for este ano. Na hipótese, hoje pouco trabalhada mas não afastada ainda, dos cinco anos, o caso mudaria de figura pois outras notórias aspirações se afirmariam contra o pacto de unidade que tem como símbolo a pessoa do presidente do PMDB.

Apesar da convicção dominante da vitória dos quatro anos, deve-se considerar que, se a desagregação do *Centrão* afetou as aspirações do sr. José Sarney, a Constituinte continua a ter suas definições sujeitas ao quorum da maioria absoluta, dificilmente alcançável por qualquer das facções. Essa foi a grande obra do *Centrão* retirar o poder de decisão de minorias e compeli-las à negociação e ao acordo para evitar indefinições constitucionais graves.

Tal situação leva ao deslocamento da decisão sobre a duração do mandato do presidente José Sarney. Já não será mais nas disposições transitórias que o assunto se definirá obrigatoriamente, mas no capítulo da organização do Poder Executivo. O senador Fernando Henrique Cardoso, tentando eliminar a alegação de discriminação contra o atual presidente, apresentou emenda que atribui a todos os presidentes da República

o mandato de quatro anos, com direito a uma reeleição. A votação dessa emenda será decisiva, pois se ela for aprovada estará previamente definida a duração do mandato do sr. José Sarney, que já não dispõe aparentemente dos 280 votos para fixar seu mandato em cinco anos, assim como a esquerda também não o teria nas disposições transitórias para fixá-lo em quatro anos. Nessa eventualidade prevalecerá o mandato-base estabelecido pelo texto permanente da Constituição.

A luta do Palácio do Planalto deverá travar-se assim, antecipadamente, quando da votação do capítulo sobre o Poder Executivo. Se a emenda Fernando Henrique não for aprovada, também não está assegurada a manutenção do texto da Comissão de Sistematização que cria mandatos de cinco anos para os futuros presidentes. Tal perspectiva obriga a um acordo preliminar, uma vez que a Constituição não pode deixar de fixar a duração dos mandatos presidenciais. A negociação será inevitável, pois qualquer impasse se refletiria sobre o tempo de votação da Carta constitucional e da sua promulgação. Essa simples perspectiva produzirá entendimentos com ou sem a participação do Palácio do Planalto, cujos intermediários na Constituinte são hoje pouco representativos da composição partidária, que retomou a prevalência após o fim do *Centrão*.

É claro que o governo dispõe ainda de elementos para travar a luta na Constituinte, tanto que não a considera previamente perdida. Conta-se também no Palácio com a dificuldade do PMDB em escolher candidatura eleitoralmente viável para uma disputa este ano pela Presidência da República. O sr. Ulysses Guimarães, apesar do seu prestígio político, é tido como de trânsito eleitoral difícil. Baseado nisso, no seu próprio partido, o ex-governador Franco Montoro, um obstinado nas disputas de votos, aspira a tomar-lhe o lugar de candidato para uma eleição este ano. Para ambos, aliás, 1988 seria a última oportunidade para que cheguem pelo voto à Presidência da República. A partir de março a disputa é inevitável e o sr. Ulysses Guimarães já não substituirá o sr. José Sarney, nas viagens do presidente.

As candidaturas dos srs. Leonel Brizola e Lula, já definidas, são dados que devem ser considerados pelo PMDB. O candidato do PDT pode ser um atrativo compulsório para os que se opõem ao sr. Ulysses Guimarães, como o disse em entrevista o deputado Ricardo Fiúza. A candidatura de Lula não unirá a esquerda mas será um poderoso estímulo a que essa vertente política procure alternativas de unidade como a que se insinua a partir do Recife, onde emerge a candidatura do governador Miguel Arraes. Ao centro, tentarão disputar o segundo lugar, para ir ao segundo turno, tanto o ministro Aureliano Chaves, sob pressão do PFL, quanto o empresário Antônio Ermírio de Moraes, cuja candidatura é uma elaboração permanente. Em São Paulo persiste também a hipótese de uma eventual candidatura do sr. Jânio Quadros.

Carlos Castello Branco